

Livre 66-17

Fl. 9



## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia trinta e um de março de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Paredes de Coura, sito na Rua Frei António de Jesus, número 42, na Freguesia de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, perante mim, Anabela da Cruz Viana, Notária, titular deste Cartório, compareceram como outorgantes:\_\_\_\_\_

**José Manuel Pereira Alves**, NIF 211 960 322, casado, natural da freguesia de Mozelos, concelho de Paredes de Coura, onde reside na Rua Alto da Tomada, número 364, portador do Cartão de Cidadão número 11201269 8 ZW0, válido até 03 de agosto de 2031, emitido pela República Portuguesa, **Maria da Conceição Gonçalves Alves**, NIF 179 549 570, viúva, natural de Angola, residente na Avenida Cónego Bernardo Chousal, número 252, 1º direito frente, na Freguesia de Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura, portadora do Cartão de Cidadão número 07829702 8 ZX7, válido até 03 de agosto de 2031, emitido pela República Portuguesa, que outorgam na qualidade, respetivamente, de Presidente da Direção e de Tesoureira e em representação da Associação denominada “**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA**”, com sede em Paredes de Coura, código postal 4940-526 Paredes de Coura, pessoa coletiva com o número de identificação **501 057 285**, qualidade e suficiência de poderes para este ato, que verifiquei pelo Auto de Posse dos Órgãos Sociais de dois de janeiro dois mil e vinte e três, que apresentaram e da qual foi extraída pública forma que se **arquiva** e ainda por consulta à certidão permanente da indicada associação, com o código de

acesso número **1503-1501-3683**, nos termos do art. 75º, n.º 5, do Código do Registo Comercial, da qual se arquiva o comprovativo da consulta.———

Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos seus indicados documentos de identificação.———

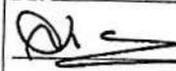
PELOS OUTORGANTES, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI DITO:———

Que, na reunião da Assembleia Geral de vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro, constante da respetiva ata número cento e dois e pela deliberação de vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, constante da respetiva ata número cento e três, que apresentaram e das quais foram extraídas públicas formas que se **arquivam**, foi deliberado mediante votação unanime, alterar os estatutos da Associação, quanto aos artigos 1º, número um, 28º, números um e dois, 43º, número dois, alínea o) e artigo 93º.———

Que, assim, dando execução à citada deliberação da Assembleia Geral, pela presente escritura procedem à alteração parcial dos Estatutos da Associação denominada **“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA”**, quanto aos artigos 1º, número um, 28º, números um e dois, 43º, número dois, alínea o) e artigo 93º, os quais passam a ter a redação constante do documento complementar, elaborado nos termos do número dois, do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura e que arquivo como parte integrante desta escritura, passando a **“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA”**, a reger-se pelos referidos Estatutos.———

Livro 66-17

Fl. 10



ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM. \_\_\_\_\_

Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo,  
em voz alta.

Jose Manuel Cunha Felix

Luís da Conceição Goncalves Alves

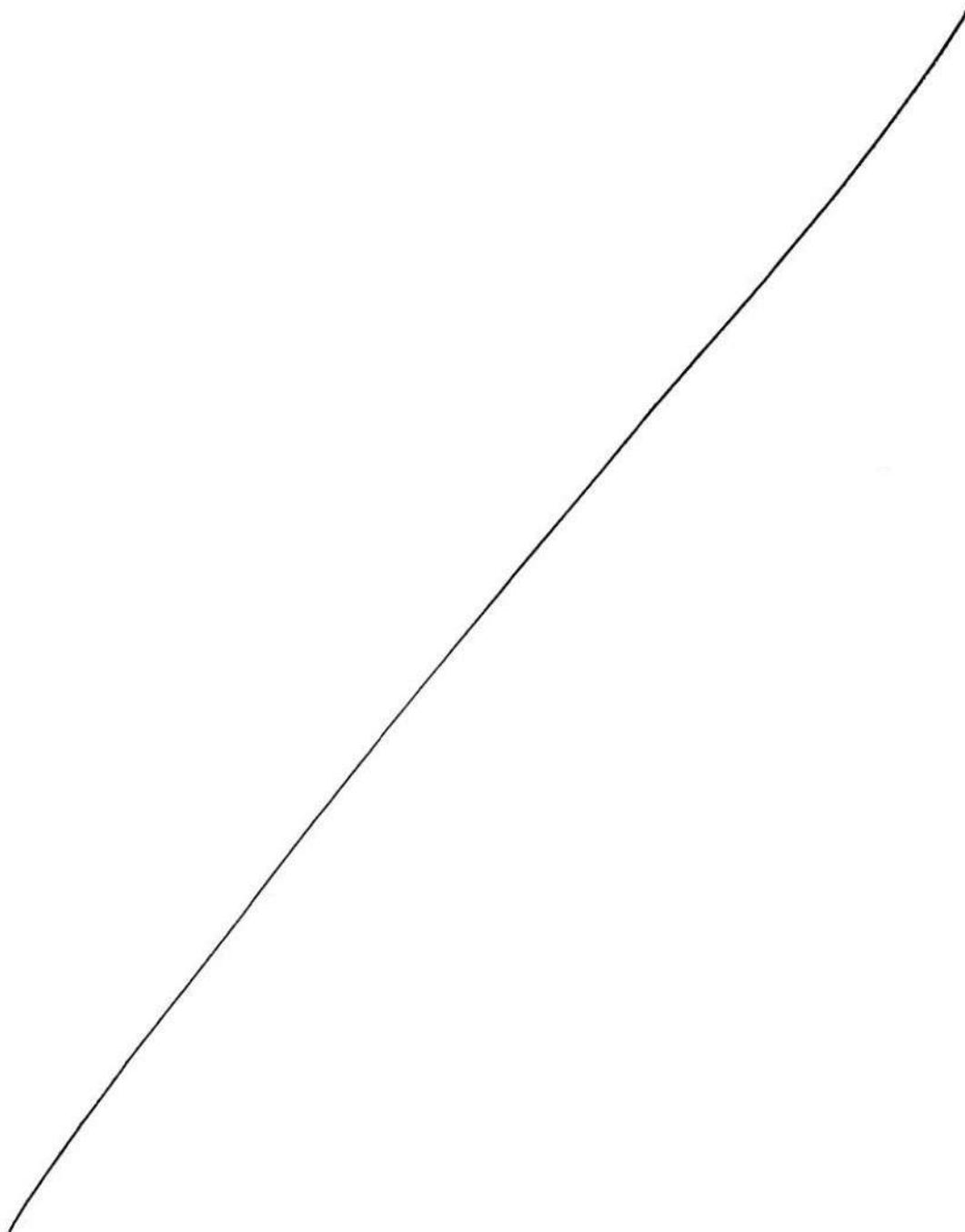
A Notária: Anabela Cruz Viana. \_\_\_\_\_

Conta registada sob o número: 219 /2025. \_\_\_\_\_

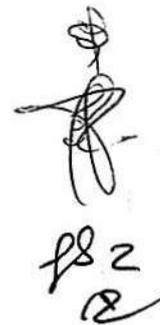
liv. 66-17 p. 9  
DOC. Nº 179

ps  
e \$ R.

**Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro, do Código do Notariado, referente à alteração dos Estatutos da associação “ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS DE PAREDES DE COURA”, para instruir a escritura de Alteração de Estatutos, outorgada em trinta e um de março de dois mil e vinte e cinco, exarada a folhas nove e seguintes do Livro de Notas Sessenta e Seis -M.-----**



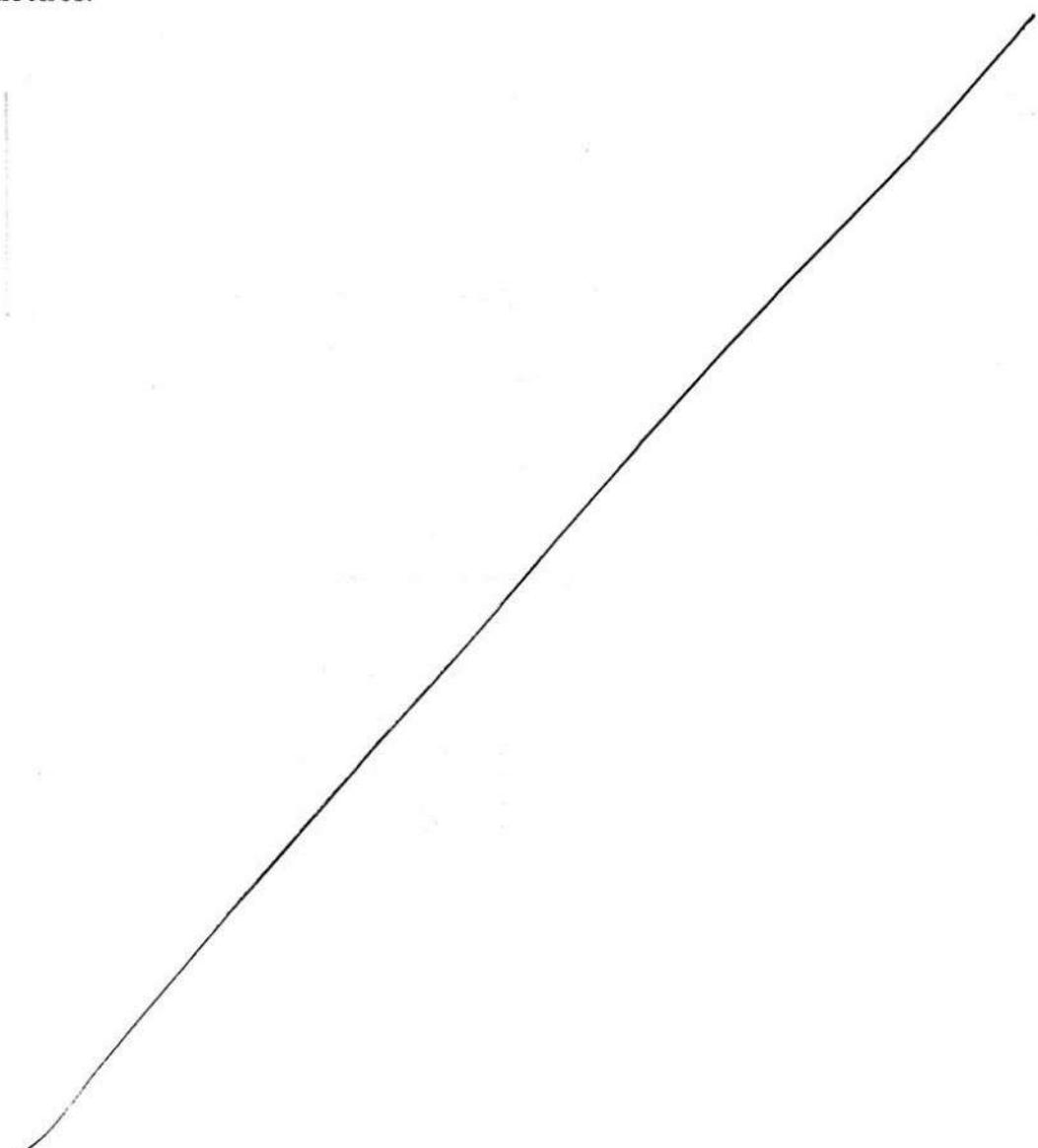
**ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE  
BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA**



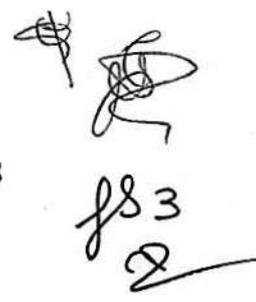
Handwritten signature and initials, possibly 'ps 2' and a stylized 'R'.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, fundada em 18 de Agosto de 1926, altera os Estatutos aprovados por Alvará de 23 de outubro de 1927, do Governo Civil de Viana do Castelo, conforme comunicação de 21 de dezembro de 1931 e pelas escrituras públicas outorgadas em 22 de junho de 1988 e 19 de maio de 2009, no Cartório Notarial de Paredes de Coura.

Os presentes Estatutos obedecem ao cumprimento do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, que institui o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.



ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA

  
fs 3  
2

**CAPÍTULO I**  
**DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS**

**ARTIGO 1.º**

**(DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEDE)**

1-A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, fundada em 18 de Agosto de 1926, é uma pessoa coletiva de direito privado dotada de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos.

2-A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na Rua 25 de Abril, União das Freguesias Paredes de Coura e Resende, concelho de Paredes de Coura.

**ARTIGO 2.º**

**(ÂMBITO E DURAÇÃO)**

A Associação tem âmbito concelhio, é por natureza e tradição apartidária e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pelas formas previstas nestes Estatutos e na Lei.

**ARTIGO 3.º**

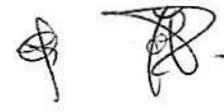
**(FINS)**

1-A Associação tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou naufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividades, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.

2-Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou coletivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-geral, nomeadamente:

- a) Prestação de cuidados de saúde, actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados;
- b) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró-humanitária.

3-Pode ainda desenvolver, a título gratuito ou remunerado, nomeadamente, actividades comerciais, industriais ou prestação de serviços, individualmente ou através de parceria, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-geral e os lucros dessas actividades revertam para os seus fins estatutários.

  
284  
2

#### **ARTIGO 4.º** **(PATRIMÓNIO SOCIAL)**

A Associação tem um Capital indeterminado e um número ilimitado de Associados, que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota, de valor mínimo e periodicidade a fixar pela Assembleia-geral.

#### **ARTIGO 5.º** **(ATRIBUIÇÕES)**

Constituem atribuições normais da Associação:

- a) Deter e manter em actividade um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros;
- b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei;
- c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de protecção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local, regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respetivas entidades detentoras;
- d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação Distrital de Bombeiros e a nível nacional com a Confederação Nacional – Liga dos Bombeiros Portugueses;
- e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais, em especial com os de tutela do sector da protecção civil e dos bombeiros;
- f) Representar os seus associados em todas as situações de interesse geral;
- g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento;
- h) Pronunciar-se sobre projetos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da protecção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre outras matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;
- i) Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover,

designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras acções tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação, bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros;

j) Promover o alargamento de acções, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas actividades específicas;

k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação;

l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia-geral.

m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Conselho Disciplinar;

n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;

o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e correctas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição;

p) Promover a boa imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social;

q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências;

## **ARTIGO 6.º**

### **(SÍMBOLOS)**

1-O estandarte é o simbolo representativo da Associação e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante.

2-A Assembleia-geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro simbolo que se venha a entender conveniente para a prossecução dos fins e ou objectivos da Associação.

3-As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes.

## **CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS**

### **SECÇÃO I**

#### **CATEGORIA, INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO**

 ps 6  
2

## **ARTIGO 7.º**

### **(CATEGORIA DO ASSOCIADO)**

1-Podem ser associados:

- a) As pessoas singulares maiores de 18 (dezoito) anos;
- b) As pessoas colectivas legalmente constituídas.

2-Podem ainda ser admitidos como Associados os menores de 18 (dezoito) anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, como seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota e cumprimento destes Estatutos.

## **ARTIGO 8.º**

### **(INSCRIÇÃO)**

A inscrição para Associados é feita em impresso próprio, de modelo aprovado pela Direção , e assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa colectiva, menor ou incapaz, por quem o, representar.

## **ARTIGO 9.º**

### **(ADMISSÃO E REJEIÇÃO)**

1-A admissão ou rejeição de Associados efetivos é tomada por deliberação da Direção .

2-A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da Associação, devendo ser devidamente fundamentada, registada e comunicada por escrito ao interessado até 30 dias após recepção da inscrição.

3-O candidato a Associado rejeitado poderá recorrer, por escrito, no prazo de 10 dias após a recepção da comunicação, para Assembleia-geral.

4-A admissão envolve plena adesão aos estatutos e regulamentos em vigor.

## **ARTIGO 10.º**

### **(CLASSIFICAÇÃO)**

1-Os Associados classificam-se em:

- a) Efectivos
- b) Beneméritos
- c) Honorários
- d) Auxiliares

2-São Associados Efectivos as pessoas, singulares ou colectivas, que contribuem para a prossecução dos fins da Associação, mediante o pagamento de uma quota, cujo valor e periodicidade é fixado em Assembleia-geral.

3-São Associados Beneméritos as pessoas, singulares ou colectivas, que por serviços ou dádivas importantes à Associação, mereçam da Assembleia-geral tal distinção.

4-São Associados Honorários as pessoas, singulares ou colectivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à Associação, mereçam da Assembleia-geral tal distinção.

5-São Associados Auxiliares os elementos do Corpo de Bombeiros e ainda as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efectivos não remunerados à Associação e cujas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota. A admissão (como Associado Auxiliar) dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por proposta do Comandante e os demais por proposta de qualquer elemento da Direcção .

## SECÇÃO II

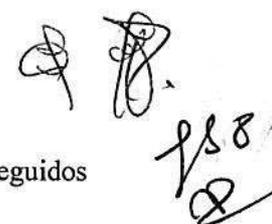
### DIREITOS E DEVERES

#### ARTIGO 11.º

##### (DIREITOS)

1-Constituem direitos dos sócios efectivos:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia-geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação;
- b) Votar em actos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos;
- c) Ser eleitos para cargos sociais nos termos do artigo 71.º;
- d) Recorrer para a Assembleia-geral de todas as irregularidades e infracções aos estatutos e regulamentos internos, com salvaguarda do disposto no n.º 4 deste artigo;
- e) Requerer a convocação de Assembleias-gerais extraordinárias nos termos da alínea b) do nº 3 do Artigo 47º;
- f) Entrar livremente na Sede e em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção ;
- g) Utilizar os serviços que a Associação venha a prestar ou a disponibilizar directa ou indirectamente nas condições difinidas pelos regulamentos internos;
- h) Examinar livros, contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito à Direcção , com a antecedência mínima de oito dias e esta verifique existir um interesse pessoal directo e legítimo do Associado;

- 
- i) Apresentar sugestões de interesse colectivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação;
  - j) Reclamar perante a Direção dos actos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de Associado;
  - k) Requerer, por escrito, certidão de qualquer acta mediante o pagamento dos respectivos custos
  - l) Desistir da qualidade de Associado;

2-Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efectivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso, por período superior a 12 (doze) meses, exceptuando as alíneas c) e g), na qual os associados efectivos terão de ter as quotas do ano em dia.

3-Os Associados Efectivos, admitidos há menos de 6 (seis) meses, e os demais associados, apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas f), g), i), j), k) e l) do número 1, bem como do referido na alínea a) do mesmo número, mas sem direito a voto.

4-Os Associados que fazem parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia-geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo.

5-Outros que se enquadrem dentro dos regulamentos internos.

## **ARTIGO 12.º**

### **(DEVERES)**

1-São deveres dos Associados Efectivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral:

- a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para o seu prestígio;
- b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentos;
- c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas;
- d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa, por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral e por esta considerado justificado;
- e) Não cessar a actividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral;
- f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;
- g) Pagar pontualmente a quota fixada;
- h) Comparecer às Assembleias-gerais cuja convocação tenham recebido;
- i) Comunicar por escrito à Direção o local de pagamento das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência;

j) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, os seus símbolos, as suas insígnias, órgãos sociais, respetivos titulares, comando, bombeiros, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione.

2-Os demais associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e), g) e i).

### **SECÇÃO III**

### **SANÇÕES E RECOMPENSAS**

#### **SUBSECÇÃO I**

#### **INFRACÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES**

##### **ARTIGO 13.º**

##### **(INFRACÇÃO DISCIPLINAR)**

Constitui infracção disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo associado, dos deveres consignados no artigo 12.º.

##### **ARTIGO 14.º**

##### **(SANÇÕES DISCIPLINAR)**

Os Associados que incorrem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infração, às seguintes sanções:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Suspensão até doze meses;
- d) Expulsão.

##### **ARTIGO 15.º**

##### **(COMPETÊNCIA DISCIPLINAR)**

1-A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b), e c) do n.º 1 do artigo anterior é da exclusiva competência da Direção.

2-A pena de expulsão é da competência da Assembleia-geral, mediante proposta fundamentada da Direção.

##### **ARTIGO 16.º**

##### **(ADVERTÊNCIA)**

A advertência verbal e por escrito são aplicáveis a faltas leves, designadamente no caso de violação de disposições estatutárias e regulamentares por mera negligência e sem consequências graves para a Associação.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a star-like symbol, a signature, and the text "ps 10" and "2".

#### **ARTIGO 17.º**

##### **(SUSPENSÃO)**

1-A pena de suspensão até 12 (doze) meses é aplicável nos casos de:

- a) Violação dos Estatutos e Regulamentos com consequências graves para a Associação;
- b) Reincidência do sócio em faltas por que haja sido advertido;
- c) Escusa injustificada a tomar posse de qualquer cargo nos órgãos sociais da Associação, para que tenha sido eleito ou nomeado;
- d) Desobediência às deliberações tomadas pelos órgãos sociais e, em geral, aos casos em que, podendo ter lugar a expulsão, o sócio beneficie de circunstâncias atenuantes especiais.

2-A suspensão implica a perda do gozo dos direitos consignados no artigo 9.º, mas não desobriga do pagamento da quota.

#### **ARTIGO 18.º**

##### **(EXPULSÃO)**

1-A expulsão implica a eliminação da qualidade de Associado e será aplicável, em geral, quando a infracção seja de tal modo grave que torne impossível o vínculo Associativo.

2-Ficam sujeitos, à aplicação da pena de expulsão, nomeadamente, os associados que:

- a) Defraudarem dolosamente a Associação;
- b) Agredirem, injuriarem, difamarem ou desrespeitarem de forma grave, a Associação, qualquer membro dos órgãos sociais, as suas insignias, o Comando, os Bombeiros, os colaboradores da Associação e a todos com quem, na qualidade de associado, se relacionem.

3-Os associados que sejam punidos com a pena de expulsão não podem ser readmitidos, salvo se o forem em revisão do processo.

#### **ARTIGO 19.º**

##### **(PROCESSO DISCIPLINAR)**

1-As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do associado.

2-Deverá ser nomeado um instrutor que pode ser um advogado.

#### **ARTIGO 20.º**

##### **(RECURSOS)**

1-Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia-geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso.

2- Da decisão da Assembleia-geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso judicial

## **ARTIGO 21.º**

### **(CONSEQUÊNCIAS ESPECIAIS)**

1-Os associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso às instalações da Associação durante o período da suspensão.

2-Os sócios que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem, automaticamente, a qualidade de sócio, por expulsão.

## **SUBSECÇÃO II**

### **RECOMPENSAS**

## **ARTIGO 22.º**

### **(DISTINÇÕES)**

Aos associados, pessoas singulares ou colectivas, entidades ou colectividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão ser atribuídas as seguintes distinções:

- a) Louvor concedido pela Direção ;
- b) Louvor concedido pela Assembleia-geral;
- c) Nomeação como sócio Benemérito ou Honorário;
- d) Condecorações de acordo com o Regulamento de distinções honoríficas da Associação, proposto pela Direção e aprovado em Assembleia-geral.

## **SECÇÃO IV**

### **SUSPENSÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E READMISSÃO**

## **ARTIGO 23.º**

### **(SUSPENSÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)**

- 1-Os associados Efectivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direção a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de 1 (um) ano.
- 2-Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

Ⓢ  
R  
12  
E

#### ARTIGO 24.º

##### (PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

1-Perdem a qualidade de associados:

- a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 18.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros;
- b) Os que pedirem a exoneração;
- c) Os que não pagarem as quotas correspondentes a 24 (vinte e quatro) meses, seguidos ou interpolados, se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias a contar da notificação para o efeito;

2-A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alinea a) é da competência da Assembleia-geral.

3-A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alinea b) e c), do número anterior, é da competência da Direção .

4-O sócio que por qualquer forma perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a actuação em que foi membro da Associação.

#### ARTIGO 25.º

##### (READMISSÃO DE ASSOCIADOS)

1-Podem ser readmitidos, sem prejuízo da parte final do n.º 3 do artigo 18.º, os associados que tiverem sido:

- a) Exonerados a seu pedido;
- b) Eliminados por falta de pagamento das quotas;

2-A readmissão só se efectivará a pedido do interessado.

3-Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para readmissão, o pagamento de um ano de quotas a título de jóia, paga integralmente no acto da readmissão.

### CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

f  
P  
13  
R

**SECÇÃO I**  
**PRINCIPIOS GERAIS**

**ARTIGO 26.º**  
**(ÓRGÃOS SOCIAIS)**

1-São Órgãos Sociais da Associação:

- a) Assembleia-geral;
- b) Direção;
- c) Conselho Fiscal.

2-A Mesa da Assembleia-geral, a Direção e o Conselho Fiscal são constituídos respectivamente por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efectivos, dos quias um será o Presidente.

**ARTIGO 27.º**  
**(ELEICTIVIDADE DOS CARGOS)**

Os titulares da Mesa da Assembleia-geral, da Direção e do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia-geral eleitoral.

**ARTIGO 28.º**  
**(DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)**

1-A duração do mandato dos eleitos para os órgãos sociais é de quatro anos, sem prejuízo de destituição nos termos da lei.

2-Os mandatos dos Presidentes dos órgãos sociais têm o limite de três consecutivos.

**ARTIGO 29.º**  
**(EXCLUSIVIDADE E IMPEDIMENTOS)**

1-Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação, bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras Associações Humanitárias de Bombeiros.

2-Os presidentes da Mesa da Assembleia-geral e dos órgãos de administração e fiscalização estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro activo do respectivo corpo de bombeiros.

§  
P  
1814  
R

## ARTIGO 30.º

### (INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES)

1-Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos órgãos sociais, os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.

2-O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para órgãos sociais da mesma ou de outra Associação Humanitária de Bombeiros.

3-Os titulares dos órgãos sociais não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.

4- É vedado à Associação contratar direta ou indiretamente, de forma remunerada, com os titulares da Direcção.

## ARTIGO 31.º

### (POSSE)

1-A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia-geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da promulgação dos resultados do acto eleitoral.

2-Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão.

3-Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia-geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do acto eleitoral.

## ARTIGO 32.º

### (ENTREGA DE VALORES E DOCUMENTOS)

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes, fazer a entrega de todos os valores, senhas, palavras-chave, documentos, inventários ou arquivos da Associação, aos órgãos eleitos para novo mandato até ao acto da posse destes.

## ARTIGO 33.º

### (RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

1-Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pela falta ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2-Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:

a) Não tiverem tomado parte na respectiva deliberação e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na acta respectiva.

3-A aprovação dada pela Assembleia Geral ao relatório e contas de gerência da Direção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes Órgãos Sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má-fé ou falsas indicações.

### **ARTIGO 34.º**

#### **(REPRESENTAÇÃO)**

1-A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

2-Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspeção e controlo da utilização de fundos publicos, responde, em nome da Associação, a Direção.

### **ARTIGO 35º**

#### **(INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES)**

1-Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

2-As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição estatutária ou legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate na votação.

3-As deliberações da Assembleia-geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.

4-As deliberações respeitantes a eleições de órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto.

5-São sempre lavradas actas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia-geral, pelo membros da respectiva mesa.

### **ARTIGO 36.º**

## (CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS CARGOS)

1-O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas de representação e ajudas de custo, mediante justificação das mesmas e respetivos comprovativos.

2-Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia-geral, mediante proposta da Direção .

## **ARTIGO 37.º**

### (FORMA DE OBRIGAR)

1-Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes assinaturas de dois membros efectivos da Direção , uma das quais será a do Presidente.

2-Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direção e a do Tesoureiro.

3-Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer membro da Direção.

## **ARTIGO 38.º**

### (RENÚNCIA AO MANDATO)

1-Os membros dos órgãos sociais da Associação podem renunciar ao mandato, devendo para o efeito comunicá-lo de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, nos termos do artigo 12.º, n.º 1, alínea e).

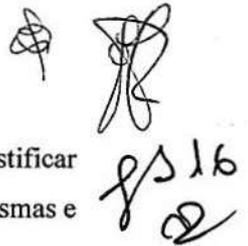
2-Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respectivo órgão.

## **ARTIGO 39.º**

### (CAUSAS DA PERDA DE MANDATO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

São causas para a perda de mandato dos elementos dos órgãos sociais:

- a) A perda da qualidade de Associado;
- b) A destituição do cargo pela Assembleia-geral;
- c) A condenação pela prática de crimes graves, nomeadamente, se praticados no âmbito funções;
- d) A não comparência injustificada às reuniões do respectivo órgão social a que pertença, por 3 vezes consecutivas ou 6 alternadas.



§  
1817  
R

## ARTIGO 40.º

### (SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

- 1-No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-presidente, segundo a ordem de precedência da sua colocação na lista, no caso de haver mais que um Vice-presidente.
- 2-No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos órgãos sociais, incluindo o do Vice-presidente que assuma a presidência, competirá ao respectivo órgão social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago (redistribuição dos cargos).
- 3-No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas e o órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para este órgão.
- 4-Em qualquer das circunstâncias indicadas nos numeros 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato.

## SECÇÃO II

### ASSEMBLEIA-GERAL

#### SUBSECÇÃO I

#### ESTATUTOS E COMPOSIÇÃO

## ARTIGO 41.º

### (ESTATUTOS E COMPOSIÇÃO)

- 1-A Assembleia Geral é constituída pelos Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação.
- 2-Consideram-se Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos os que não tenham as quotas em atraso por periodo superior a 12 (doze) meses ou não se encontrem suspensos.

## ARTIGO 42.º

### (MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

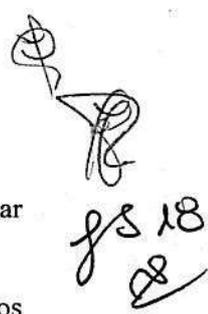
- 1-A Assembleia-geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2-Haverá ainda dois suplentes.

3-Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-presidente cabe à Assembleia-geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa.

4-Na falta ou impedimento do Secretário, o Presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião.

5-No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 40.º



## SUBSECÇÃO II COMPETÊNCIAS

### ESTATUTOS E COMPOSIÇÃO

#### ARTIGO 43.º

#### (COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL)

1-Compete à Assembleia-geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas competências legais ou estatutárias de outros Órgãos Sociais.

2-São, necessariamente, da competência da Assembleia-geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Assembleia-geral;
- b) Acompanhar a actuação dos demais órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei, bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação;
- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;
- d) Apreciar e votar os Regulamentos, bem como as alterações que lhe sejam propostas;
- e) Deliberar sobre a extinção da Associação, bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens.
- f) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos Órgãos Sociais;
- g) Apreciar e votar o balanço, relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- h) Apreciar e votar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal e os orçamentos suplementares propostos pela Direcção;
- i) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos, propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos órgãos Sociais ou Associados, de acordo com os Estatutos e Regulamentos;
- j) Fixar, sob proposta da Direcção, os valores mínimos de quota dos Associados, bem como a periodicidade e forma de pagamento;
- k) Deliberar, sob proposta da Direcção, a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários;

- l) Atribuir Louvores e Condecorações, nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia-geral;
- m) Autorizar o Presidente da Direção da Associação a demandar judicialmente os membros dos órgãos Sociais, por actos lesivos praticados no exercício das suas funções;
- o) Autorizar a Direção a alienar imóveis da Associação, cujo valor de mercado à data da venda, seja até ao montante de €5.000,00 (cinco mil euros), bem como participações ou outras que a Associação detenha;

Handwritten notes and signature in the top right corner, including a circled 'P', a signature, and the numbers '19' and '2'.

#### ARTIGO 44.º

##### (COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral:

- a) Convocar, por solicitação da Direção, as Assembleias-gerais ordinárias;
- b) Convocar as Assembleias-gerais extraordinárias e ainda as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar;
- c) Dirigir os trabalhos das Assembleias-gerais e das demais reuniões por si convocadas;
- d) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Assembleia-geral;
- e) Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais;
- f) Receber e submeter à Assembleia-geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta;
- g) Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto;
- h) Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes estatutos, nomeadamente, verificar a ilegitimidade dos candidatos, bem como a regularidade das listas concorrentes;
- i) Integrar o Conselho Disciplinar;
- j) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos e deliberações da Assembleia-geral;
- k) Participar, sempre que entenda por conveniente, nas reuniões dos demais Órgãos Sociais, mas sem direito a voto.

#### ARTIGO 45.º

##### (COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-geral, coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

§  
20  
2

#### ARTIGO 46.º

##### (COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao secretário da Mesa da Assembleia-geral:

- a) Lavrar as actas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas;
- b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa;
- c) Fazer o registo dos associados presentes nas sessões da Assembleia-geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem;
- d) Escrutinar no acto eleitoral;
- e) Praticar todos os demais actos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos;

#### SUBSECÇÃO III

#### FUNCIONAMENTO

#### ARTIGO 47.º

##### (REUNIÕES)

1-As reuniões da Assembleia-geral são ordinárias e extraordinárias.

2-A Assembleia-geral reunirá ordinariamente:

- a) No final de cada mandato para a eleição dos órgãos sociais;
- b) Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, para a apreciação, discussão e votação do Orçamento e Plano de Actividade para o ano seguinte ou, no prazo de 30 dias, após a tomada de posse, no caso de eleições;
- c) Até Março para a apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes para consulta dos associados nos três dias anteriores à realização da Assembleia Geral.

3-A Assembleia-geral reunirá extraordinariamente:

- a) A pedido da Direção ou do Conselho Fiscal;
- b) A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;

4-A reunião da Assembleia-geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efectuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

5-Quando a reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de associados requerentes, ficam, os que faltarem, inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a reunião extraordinária da Assembleia Geral, sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação.



#### **ARTIGO 48.º**

##### **(FORMA DE CONVOCAÇÃO)**

1-A Assembleia-geral é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, através de Edital afixado na sede social e outros locais julgados de interesse para o efeito e, se possível, publicado nos jornais locais, com o mínimo de 10 (dez) dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

2-A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia-geral.

#### **ARTIGO 49.º**

##### **(FUNCIONAMENTO)**

1-A Assembleia-geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos associados, podendo deliberar 30 (trinta) minutos depois da hora inicial, com qualquer número de associados efectivos presentes.

2-As deliberações da Assembleia-geral são tomadas em observância com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º.

#### **ARTIGO 50.º**

##### **(REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS)**

1-É admitida a representação do Associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

2-A delegação de poderes só poderá ser feita noutro Associado, também no pleno gozo dos seus direitos.

3-Não poderá ser delegada mais que três representações em cada associado.

#### **ARTIGO 51.º**

##### **(PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO)**

O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, mas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.

✍️  
✍️  
1822  
✍️

#### **ARTIGO 52.º**

##### **(DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS)**

1-São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objectivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia.

2-São ainda anuláveis as deliberações:

- a) Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e concordarem com o aditamento;
- b) Tomadas com infracção do disposto no artigo anterior destes estatutos, se o voto do Associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

#### **ARTIGO 53.º**

##### **(ACTAS)**

De todas as reuniões da Assembleia-geral serão lavradas actas, em livro próprio onde constarão o número de associados presentes, uma súmula das discussões e as deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa.

### **SECÇÃO III**

#### **ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

##### **SUBSECÇÃO I**

##### **PRINCÍPIOS GERAIS**

#### **ARTIGO 54.º**

##### **(FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)**

1-Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes e as respectivas deliberações tomadas em observância com o disposto nos n.º 1 e 2 no artigo 35.º destes estatutos.

2-A falta de quórum deliberativo, por impossibilidade de preenchimento de lugares vagos em qualquer órgão, implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo órgão.

Handwritten signature and initials: "PS 23" and a signature.

## **SUBSECÇÃO II DA DIREÇÃO**

### **ARTIGO 55.º (COMPOSIÇÃO)**

1-A Direcção é composta por 7 (sete) elementos efectivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Secretário-adjunto, um Tesoureiro e dois vogais.

2-Haverá três suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.

### **ARTIGO 56.º (COMPETÊNCIAS DA DIREÇÃO)**

1-A Direcção é o órgão de administração da Associação.

2-Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Garantir a prossecução do fim social;
- b) Garantir a efectivação dos direitos dos associados;
- c) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal, o relatório e contas de gerência, bem como o plano de actividades e orçamento para o ano seguinte;
- d) Remeter à Mesa da Assembleia-geral para aprovação, o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o Relatório e Conta de Gerência do Ano anterior, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal;
- e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- f) Organizar o quadro de pessoal, contratar e gerir o pessoal contratado da associação, fixando, nomeadamente, os respectivos horários de trabalho e vencimentos;
- g) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- h) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, a convocação das Assembleias-gerais para aprovação do Relatório e Conta de Gerência e ainda do Plano de Actividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos;
- i) Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados efectivos;

- §
- js 24  
2
- j) Propor à Assembleia-geral a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários, bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social;
  - k) Propor à Assembleia-geral a reforma ou alteração dos estatutos;
  - l) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborado os respectivos regulamentos;
  - m) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições;
  - n) Manter, sob a sua guarda e responsabilidade, os bens e valores da Associação;
  - o) Elaborar e manter actualizado o inventário do património da Associação;
  - p) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;
  - q) Submeter à apreciação e votação da Assembleia-geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberações daquele órgão;
  - r) Propor à Assembleia-geral a alteração do valor de quota mínima;
  - s) Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação, por terceiras pessoas;
  - t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei;
  - u) Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes e, designadamente, quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas;
  - v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objectivos estatutários;
  - w) Deliberar e proceder à aquisição onerosa, alienação, arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens imóveis ou móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respectivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em acta, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado;
  - x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os actos necessários à defesa dos interesses da Associação;
  - y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da Associação.
  - z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Protecção Civil, para homologação;
  - aa) Atribuir distinções honoríficas de acordo com os Regulamentos Internos;
  - bb) Manter actualizada e apta a ser apresentada aos órgãos sociais, relação dos sócios no pleno gozo dos seus direitos;

cc) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras actividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia-geral;

3-A Direção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, bem como revogar os respectivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, num comissão executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente, e ainda por outro titular efectivo da Direção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário do quadro do pessoal contratado da Associação.

### **ARTIGO 57.º**

#### **(COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE)**

Compete ao Presidente da Direção :

- a) Superintender na Administração da Associação e orientar e fiscalizar os respectivos serviços;
- b) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- c) Convocar e presidir às reuniões da Direção;
- d) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia-geral, do Conselho Fiscal, da Direção e do Conselho Disciplinar;
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Direção;
- f) Integrar o Conselho Disciplinar;
- g) Exercer todas as demais funções que lhe estejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direção, desde que sejam legalmente delegáveis.

### **ARTIGO 58.º**

#### **(COMPETÊNCIA DOS VICE-PRESIDENTES)**

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direção e com o Presidente no exercício das respectivas competências, designadamente:

- a) Na elaboração do resumo das actividades, o qual constituirá elemento para o relatório da Direção a apresentar em Assembleia-geral;
- b) Na elaboração das propostas dos orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direção;
- c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respectivas dotações;

- d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente, mantendo-os sempre organizados e actualizados;
- e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;
- f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe é afecto.

\$  
JS26  
R

#### **ARTIGO 59.º**

#### **(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO)**

1- Compete ao Secretário:

- a) Organizar e orientar todo o serviço de secretaria;
- b) Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua;
- c) Lavrar as actas no respectivo livro mantendo-o sempre em dia;
- d) Prover todo o expediente da Associação;
- e) Passar, no prazo máximo de quinze dias, as certidões das actas pedidas pelos associados.

2-Ao Secretário Adjunto compete

- a) Coadjuvar o Secretário no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos;
- b) Executar as tarefas que lhe forem delegadas.

#### **ARTIGO 60.º**

#### **(COMPETÊNCIA DO TESOUREIRO)**

1-Compete ao Tesoureiro:

- a) A arrecadação das receitas;
- b) A satisfação das despesas autorizadas;
- c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice-Presidente;
- d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita e todos os documentos legalmente equivalentes, arquivando todos os documentos de despesa e receita;
- e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;
- f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receitas e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês;

- g) A apresentação à Direcção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direcção o entenda;
- h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte;
- i) Efectuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos;
- j) A actualização do inventário do património associativo;
- k) Prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.

## **ARTIGO 61.º**

### **(COMPETÊNCIA DOS VOGAIS E SUPLENTES DA DIRECÇÃO)**

- 1-Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco directivo a desempenhar as missões que lhes forem atribuídas;
- 2-Os suplentes podem participar nas reuniões de Direcção, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da Associação.

## **ARTIGO 62.º**

### **(FUNCIONAMENTO)**

- 1-A Direcção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa desde ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia-geral, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês.
- 2-As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 53.º e número um do artigo 54.º, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.
- 3-Das reuniões da Direcção serão lavradas actas em livro próprio que deverão ser assinadas pelos presentes.

## **SUBSECÇÃO III**

### **DO CONSELHO FISCAL**

## **ARTIGO 63.º**

### **(COMPOSIÇÃO)**

- 1- O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Relator.
- 2- Haverá simultaneamente 2 (dois) suplentes, que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem qm que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso,

assistirem às reuniões do Conselho Fiscal e tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

§  
P  
js 28  
Q

#### ARTIGO 64.º

##### (COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL)

1-O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.

2-Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões ao órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua apreciação;
- d) Solicitar a convocação da Assembleia-geral sempre que o julgue conveniente;
- e) Solicitar à Direção reuniões extraordinárias para a discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;
- f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre qualquer assunto para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, forma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;
- g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

#### ARTIGO 65.º

##### (COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o respectivo livro de actas;
- c) Integrar o Conselho Disciplinar;
- d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia-geral;
- e) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Lei, pelos Estatutos e Regulamentos.

#### ARTIGO 66.º

##### (COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE)

Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.

§  
✍️  
§§ 29  
D

#### **ARTIGO 67.º**

#### **(COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO-RELATOR)**

Compete ao Secretário-Relator:

- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Prover todo o expediente;
- c) Lavrar o respectivo livro de actas;
- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das actas perdidas pelos associados;
- e) Relatar os pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidas.

#### **ARTIGO 68.º**

#### **(FUNCIONAMENTO)**

1-O Conselho Fiscal reúne, obrigatoriamente, uma vez em cada semestre, podendo também reunir extraordinariamente para a apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros, ou, ainda, a pedido da Direção ou da Assembleia Geral.

2-As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

3-Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de actas, as quais serão assinadas pelos presentes.

#### **ARTIGO 69.º**

#### **(VINCULAÇÃO COM ACTOS DA DIREÇÃO)**

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável com a Direção, pelos actos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES**

#### **ARTIGO 70.º**

## (PROCESSO ELEITORAL)

1-No ano em que termina o mandato dos titulares dos órgãos sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia-geral em exercício, anunciará até 30 de Setembro, através de edital, a abertura do processo eleitoral e mandará preparar os cadernos eleitorais que deverão estar concluídos até ao dia 30 de Outubro.

2-A Assembleia-geral eleitoral a realizar, preferencialmente, no mês de Dezembro desse ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de dez dias através de edital a afixar em locais públicas e nos jornais locais, onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização.

3-Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos órgãos sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia-geral decidir sobre a forma da eleição.

## **ARTIGO 71.º**

### (ELEGIBILIDADE)

1-São elegíveis os Associados Efectivos que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Estejam em pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no artigo 11.º dos presentes estatutos, à data da apresentação das candidaturas;
- b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados;
- c) Não façam parte dos órgãos sociais de outras Associações congéneres;
- d) Não tenham sido destituídos dos órgãos sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções;
- e) Não sejam trabalhadores remunerados da Associação;
- f) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de ilegitimidade nos termos da lei.

## **ARTIGO 72.º**

### (FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS)

1-As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia-geral, Direcção e Conselho Fiscal, compostas por Associados Efectivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respectivo número de Associado, bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes.

\$



30



2-As listas concorrentes aos órgãos sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, na Sede da Associação, até ao dia quinze do mês anterior ao da realização da Assembleia-geral eleitoral.

3-A Direção pode propor uma lista às eleições.

4-As listas de candidatura aos órgãos deverão incluir um número de candidatos efectivos igual ao número de membros do respectivo órgão, acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever, nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais do que um órgão da Associação.

5-As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente.

6-As listas a submeter à eleição deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação e subscritas por um número mínimo de vinte e cinco Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

### **ARTIGO 73.º**

#### **(APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS)**

1-O Presidente da Mesa da Assembleia-geral recepciona as listas candidatas e, no prazo de cinco dias, verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias.

2-As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e comunicada a decisão ao seu mandatário, que poderá corrigir ou rectificar até ao último dia do prazo de apresentação de listas ou recorrer da decisão para a Assembleia-geral no prazo de cinco dias após o conhecimento da decisão.

3-A Assembleia-geral extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa para apreciação e decisão do recurso, reunirá no prazo máximo de dez dias.

4-As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex. A, B, C, etc. ) e mandadas afixar no edifício da Sede da Associação.

### **ARTIGO 74.º**

#### **(BOLETIM DE VOTO)**

1-A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras.

2-O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o eleitor pretende votar.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a stylized signature and the text "p. 31" with a checkmark.

3-O eleitor entregará ao Presidente da mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.

4-Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão considerados nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção.

Handwritten marks: a dollar sign, a signature, and the text "fs 32" with a circled "2" below it.

### ARTIGO 75.º

#### (FORMA DE VOTAÇÃO)

1-A eleição dos órgãos sociais é feita através de votação secreta tendo cada Associado direito a um voto.

2-É permitido o voto por procuração, com reconhecimento da letra e assinatura, mas cada Associado não poderá representar mais do que um outro Associado.

3-Não é admitido o voto por correspondência.

4-A Mesa de voto funcionará na Sede da Associação, por um período não inferior a 3 (três) horas, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da mesa por um Delegado devidamente credenciado pelo respectivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direção.

5-O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia-geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada.

### CAPÍTULO V

#### DA GESTÃO FINANCEIRA

### ARTIGO 76.º

#### (DAS RECEITAS)

São receitas da Associação:

- a) Os produtos das quotas dos associados efectivos;
- b) As participações dos associados e familiares pela utilização dos serviços da associação;
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido ;
- d) Os subsídios, participações e financiamentos públicos particulares;
- e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação;
- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à associação;
- g) Os rendimentos de bens próprios;

- h) O produto líquido de quaisquer espectáculos, festas ou outros eventos;  
i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à Associação;  
j) Quaisquer verbas que lhe seja atribuídas por lei ou por protocolos.

8/5/33  
2

**ARTIGO 77.º**  
**(QUOTIZAÇÃO)**

Cada Associado efectivo, singular ou colectivo, pagará uma quota mensal, segundo valor, periodicidade e modalidade a definir em Assembleia-geral.

**ARTIGO 78.º**  
**(DAS DESPESAS)**

Constituem despesas da Associação as resultantes de:

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respectivos serviços;
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros;
- c) Encargos com o pessoal da Associação;
- d) Encargos legais;
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das actividades por ela desenvolvidas, directa ou indirectamente;
- f) Manutenção e conservação do património social da Associação.

**ARTIGO 79.º**  
**(DOS MEIOS FINANCEIROS)**

Os meios financeiros à disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito.

**CAPÍTULO VI**  
**CONSELHO DISCIPLINAR**

**ARTIGO 80.º**  
**(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)**

1-O Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do Comandante do Corpo de Bombeiros.

2-O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia-geral, da Direção e do Conselho Fiscal.

  
§§ 34  
E

**ARTIGO 81.º**  
**(COMPETÊNCIA)**

Ao Conselho Disciplinar compete, de acordo com a Lei, com os Estatutos e com os Regulamentos e, com base nos princípios do Direito e da Justiça, decidir os recursos hierárquicos das decisões do Comandante do Corpo de Bombeiros.

**ARTIGO 82.º**  
**(REUNIÕES)**

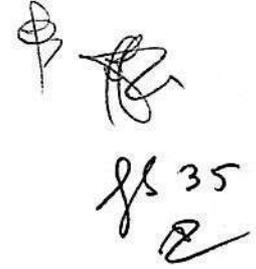
O Conselho Disciplinar reunirá por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia-geral ou, na sua falta ou impedimento, por iniciativa de qualquer um dos seus outros membros, sempre que lhe seja dirigido recurso hierárquico cuja decisão seja da sua competência.

**ARTIGO 83.º**  
**(DECISÕES)**

- 1-As decisões do conselho Disciplinar são tomadas por maioria dos seus membros.
- 2-Não é permitida a abstenção na votação de matérias da competência do Conselho Disciplinar.
- 3-O Conselho Disciplinar deve proferir decisão sobre os recursos que lhe sejam submetidos no prazo de sessenta dias úteis, após a autuação dos mesmos.
- 4-As decisões do Conselho Disciplinar devem ser sempre fundamentadas, sendo lícito ao membro que vote vencido expressar, resumidamente, as razões da sua discordância.
- 5-As decisões do Conselho Disciplinar constarão de Acórdão, assinado por todos os seus membros, do qual constará o voto de vencido, se o houver.
- 6-O Acórdão será notificado ao recorrido e ao recorrente por protocolo ou por carta registada com aviso de recepção.

**ARTIGO 84.º**  
**(DEVER DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO)**

Sobre todos os associados, órgãos sociais, respectivos titulares e membros do Corpo de Bombeiros, recai um dever especial de colaboração e cooperação com o conselho Disciplinar sempre que para tanto, por este, sejam notificados.

  
fs 35

**CAPÍTULO VII**  
**DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**

**ARTIGO 85.º**  
**(REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)**

1-Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião da Assembleia-geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, cinquenta associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

2-Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associado na sede e em quaisquer outras instalações da associação, com a antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a reunião da Assembleia-geral.

3-As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável, pelo menos, de três quartos do número de associados presentes.

4-O disposto o número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA EXTINÇÃO**

**ARTIGO 86.º**  
**(EXTINÇÃO)**

1-A Associação extingue-se quando ocorrer alguma das situações previstas no artigo 26.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto ou quando esgotados os seus recursos financeiros normais e encontrando-se em estado de insolvência e os seus associados recusem quotizar extraordinariamente.

2-A Assembleia-geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de convocatória expressamente efectuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios efectivos existentes à data da assembleia.

3-A convocatória da Assembleia-geral deverá ser feita nos termos previstos nos estatutos e na lei e deve ser afixada na Sede e em qualquer outras instalações da Associação com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data marcada para a sua realização.

**ARTIGO 87.º**  
**(DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO)**

1-Nos casos previstos na alínea b), do n.º 1, do artigo 26.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, a extinção só se produz, se, nos 30 dias subsequentes à data em que devia operar-se, a Assembleia-geral não decidir a prorrogação da Associação ou a modificação dos seus estatutos.

2-A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'S' and the number '36'.

#### **ARTIGO 88.º**

##### **(EFEITOS DA EXTINÇÃO)**

1-Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia-geral ou pela entidade que decretou a extinção.

2-Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes, sendo que, pelos actos restantes e pelos danos que deles adivenham, à Associação respondem solidariamente os titulares dos órgãos sociais que os praticarem.

3-Pelas obrigações que os titulares dos órgãos sociais contraírem a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

#### **ARTIGO 89.º**

##### **(DESTINO DOS BENS)**

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 29.º da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto e do artigo 166.º do Código Civil, os bens da Associação extinta reverterem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia-geral.

#### **CAPÍTULO IX**

##### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **ARTIGO 90.º**

##### **(LEI APLICÁVEL)**

A Associação, no exercício das suas actividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável.

#### **ARTIGO 91.º**

##### **(CORPO DE BOMBEIROS)**

O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo

Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros, depois de homologado pela Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil.

fs 37

**ARTIGO 92.º**

**(DÚVIDAS E CASOS OMISSOS)**

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos órgãos sociais, solicitada pela Direção ou pelo Conselho fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, à sua integração, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.

**ARTIGO 93.º**

**(NORMA TRANSITÓRIA)**

Os presentes Estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei.

Aprovados em Assembleia-geral Extraordinária de 26 de março de 2025

A Mesa da Assembleia Geral

*[Handwritten signature]*  
faria da Conceição Gonçalves Almeida

A NOTÁRIA - Anabela Cruz Viana.